

A INFLUÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS NA REELEIÇÃO DOS PREFEITOS E NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

André Luiz Greve Pereira
Estudante de Graduação em Economia na UFBA

Jose Carrera Fernandez
Prof. da Faculdade de Economia da UFBA.

RESUMO:

Este artigo procura verificar a validade de um discurso comum a muitos candidatos a prefeito no Brasil e, especialmente, na Bahia, no qual o candidato pede votos argumentando que por ser do partido do governador e/ou do presidente, o município receberá mais recursos e que estes recursos "extras" serão importantes para o desenvolvimento do município. Este trabalho analisa os municípios baianos nos anos de 1997 a 2004 e utiliza as transferências voluntárias como *proxy* desses recursos "extras" nas regressões estimadas. Os resultados deste trabalho confirmam que o município recebe mais transferências voluntárias, mas que estas têm pequena influência na probabilidade de reeleição dos prefeitos e são praticamente irrelevantes para o desenvolvimento do município.

Palavras-chave: ciclos políticos-orçamentários. transferências voluntárias. reeleição de prefeitos. federalismo fiscal.

ABSTRACT:

This article tests a common speech in which the mayor candidate argues that because he is from the same party that the state governor and/or the president, he can get "extra" resources to the city then the others candidates. This article Analyses the Bahia's cities between 1997 and 2004, the volunteer's transfers were used as proxy of the "extra" resources in the regressions. The findings show that the city will get more volunteer's transfers, however those have little impact on the reelection probability of the mayor and no apparent effect on the city development.

Key-words: political-budgets cycles, volunteer's transfers, reelection of mayors, fiscal federalism.

ÁREA 4: Setor Público

JEL: H77

1 INTRODUÇÃO

É comum candidatos a prefeito argumentarem que serão melhores administradores da cidade, porque são do mesmo partido do governador e/ou do presidente e que por isso conseguiriam mais recursos para o município, recursos estes que não seriam “fúteis”, mas importantes para o desenvolvimento da cidade. Os candidatos costumam agir assim, pois sabem que os eleitores são sensíveis a este tipo de apelo. A maior parte destes recursos ‘extras’ provêm das transferências voluntárias, daqui em diante, chamadas de TVs e que será utilizada como Proxy dos recursos ‘extras’..

A escolha do período entre 1997 e 2004 para análise se deu pela disponibilidade dos dados e a escolha dos municípios baianos como objeto de análise ocorreu pelo fato de que neste Estado o grupo político até então hegemônico, o carlismo, usou e abusou da influência institucional para influenciar eleições municipais.

Assim, a supremacia carlista nos anos 90 montou-se, em sua dimensão diretamente política, sobre um *tripé*, cujos elementos foram, em ordem crescente: prestígio eleitoral, manejo de recursos extra-eleitorais de poder e uma aura de infalibilidade e onipotência que transmitia sensação de poder ainda maior que o exercido. (...) O segundo elemento exemplificase na mobilização da máquina do Poder Executivo para exercer pressão contínua sobre empresariado, mídia, poderes municipais, movimentos sociais e no controle sistólico do Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas. Mas também no comando privado direto de uma rede de comunicação detentora de influência decisiva sobre a opinião pública e de uma estrutura empresarial conexas, atuante no ramo da grande construção civil e no da produção e animação do mercado cultural baiano. Além de tudo isso, influência sobre áreas da administração pública federal. (NETO, 2003, p.1-2)

Estas características propiciaram um terreno fértil para a ampla utilização do discurso da importância do município ter um prefeito que conta com apoio institucional do governador e também do presidente. É importante lembrar que na sua existência o carlismo praticamente não se afastou do governo federal.

Será que é válido o argumento dos candidatos a prefeito, que prometem conseguir mais recursos para o município e afirmam que estes recursos “extras” serão importantes para o desenvolvimento do município? Para tentar responder estas questões, o presente artigo está organizado da seguinte forma;

Este é o capítulo da introdução, o segundo capítulo é dedicado aos dados que dão embasamento as variáveis aqui utilizadas, suas respectivas fontes, as siglas utilizadas para designar cada variável e seus comportamentos básicos. O terceiro capítulo explica o que são exatamente as TVs, a importância delas nas receitas municipais e as interações políticas por trás da liberação das TVs. No quarto capítulo são estimados os efeitos das motivações políticas sobre a distribuição das TVs para os municípios baianos no período. No quinto capítulo é estimada a influência e a interação das TVs e das variáveis partidárias na

probabilidade de reeleição dos prefeitos baianos. No sexto capítulo é estimada a influência das TVs no desenvolvimento municipal. No sétimo capítulo as conclusões são relatadas.

2 CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS

O universo analisado é formado pelos 417 municípios baianos entre os anos 1997 e 2004. Os dados que representavam valores monetários foram corrigidos pela inflação do período e colocados no ano base de 2004, o deflator foi IGP-M da FGV. As regressões foram estimadas pelo *software* econométrico Eviews 4.1.

Como os 417 municípios baianos são bastante distintos entre si, decidiu-se utilizar as variáveis na forma *per capita*, tomando como base a população registrada no Censo 2000 do IBGE (**popc**). As variáveis *per capita*, estão com uma extensão (**_pc**) para identificação. Outro código utilizado é um número depois do nome da variável, significando as defasagens desta variável, como por exemplo; **tv_s_pc**, significa a quantidade de TVs por habitante que o município recebeu no ano em questão, já a variável **tv_s_pc1**, significa a quantidade de TVs por habitante que o município recebeu no ano anterior, já **tv_s_pc2**, seria a quantidade de dois anos atrás e assim sucessivamente.

A variável grau de urbanização (**gu**), foi construída a partir da divisão entre o total da população urbana pela população total do município, utilizando como fonte primária os dados do censo 2000 do IBGE disponibilizadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. A variável PIB municipal *per capita* (**pib_pc**), foi obtida diretamente do IBGE¹. As seguintes foram obtidas no IPEADATA²: área do município medida em Km² (**area**), densidade demográfica (**densi**), distância da capital do Estado (**dis_ssa**), homicídios por grupo de cem mil habitantes (**homic**), proporção de pessoas na escola entre os 7 e os 22 anos (**fe7_22**).

As variáveis eleitorais foram obtidas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os dados referem-se às eleições de 1996, 2000 e 2004, contendo o nome dos prefeitos eleitos, seus respectivos partidos e a sua votação como percentual do eleitorado. A partir destes dados foram construídas as variáveis: percentual dos votos válidos recebidos pelo prefeito eleito na eleição anterior (**vt_ant**); partido do prefeito é o mesmo do presidente (**pp**); o partido do prefeito é o mesmo do governador (**pg**); o partido do prefeito fez parte da coligação que elegeu o presidente (**cp**); o partido do prefeito fez parte da coligação que elegeu o governador (**cg**); reeleição do prefeito (**reelpp**), em caso deste estar impossibilitado de se reeleger em virtude de já ter sido reeleito uma vez, se utiliza a reeleição do partido como variável substituta.

As variáveis fiscais foram obtidos no Tesouro Nacional³, incluindo a população registrada no censo 2000 do IBGE (**popc**), despesa orçamentária (**do**), receita orçamentária (**ro**), receita tributária (**trib**), passivo (**pass**), passivo financeiro (**pfin**), investimento (**inv**),

¹ <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/default.shtm>>

² <<http://www.ipeadata.gov.br>>

³ <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>

despesas de custeio (**dcust**), transferências do fundo de participação dos municípios (**fpm**) transferências de capital da união (**tku**), transferências de capital dos estados (**tke**), outras transferências da união (**otu**) e outras transferências dos estados (**ote**). A soma das quatro últimas rubricas (**tku+tke+otu+ote**) dão o valor da variável transferências voluntárias (**tv**) aqui utilizada, a composição de cada uma das rubricas nas TVs pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1: Variáveis fiscais dos municípios baianos nos anos de 1997 a 2004.

Variável	TVS_PC/R O_PC	TRIB_PC/ RO_PC	TKU_PC/ TVS_PC	TKE_PC/ TVS_PC	OTU_PC/ TVS_PC	OTE_PC/ TVS_PC
Média	0.094	0.031	0.276	0.106	0.483	0.135

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados fiscais foram disponibilizados a partir da prestação de contas dos municípios, contudo nem todos os municípios prestaram contas durante o período. O formato desta prestação de contas foi alterado em diversos anos, causando outros problemas como a falta de rubricas claras quanto às TVs antes do ano de 1998 ou a falta de rubricas claras quanto a investimento e a despesas de custeio a partir do ano de 2004.

3 AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS NO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO

A maior parte da receita dos municípios provem de transferências constitucionais, ou garantidas por lei ordinária, advindas da União e dos Estados. Uma outra fonte de receita dos municípios é a arrecadação tributária própria que no universo aqui pesquisado, municípios baianos de 1997 a 2004, correspondeu a uma média 3,1% da receita total. Outra fonte de receita para os municípios são as TVs que, no universo aqui pesquisado, correspondeu a uma média de 9,4% da receita total.

No *caput* do artigo 25 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as TVs são assim definidas.

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. (KHAIR, 2000, p.91)

As TVs foram regulamentadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas

Antes mesmo de ser definido o instituto ‘Transferência Voluntária’ pela LRF, essa espécie de ‘transferência negociável’ já era utilizada como ‘moeda’ na relação entre o Presidente da República e Chefes de Executivos dos entes da Federação, entre o Presidente da República e seus Ministros e, principalmente, entre esses dois e os congressistas (PIRES JÚNIOR, 2003, p. 9).

Após a sua regulamentação as TVs continuam tendo um papel importante nas relações institucionais e federativas, dentro de uma espécie de mercado de favores político no qual os municípios pressionam os chefes do executivo federal e estadual, e, principalmente, os parlamentares que têm base eleitoral na região, por mais verbas para a localidade, pela aprovação e execução de emendas específicas. A maioria das TVs destinadas a municípios se origina de emendas individuais de parlamentares. Estas emendas, são motivadas mais pela força política, do que pelas necessidades da localidade, elas são conhecidas na literatura sob o rótulo de *pork barrel*.

Na literatura derivada da teoria da escolha racional, as emendas dos parlamentares recebem o rótulo de *pork barrel*, que é definido por Shepsle e Bonchek (1997:204) como “a apropriação de recursos federais para projetos ineficientes que beneficiam os distritos específicos dos congressistas mas que pouco favorecem a nação como um todo”. Os autores afirmam que o incentivo para um parlamentar operar uma política de *pork barrel* está na oportunidade que ele passa a ter para cobrar votos na próxima eleição. Na lógica da teoria da escolha racional, o *pork barrel* gera o paradoxo da cooperação, já que provê unicamente a área ou região que recebe esses recursos, a expensas de todos os contribuintes. Na verdade, os congressistas lucrariam se não houvesse *pork*. Apesar de cada parlamentar ter um forte incentivo para continuar a querer proteger seu distrito, eles sabem que todos se beneficiariam igualmente sem o *pork*, mas mesmo assim continuam insistindo. (SOUZA, 2003, p. 353)

No Brasil, o orçamento não tem o caráter impositivo e a sua execução depende do consentimento de alguém indicado pelo chefe do executivo.

Executam-se preferencialmente as emendas individuais dos parlamentares que apóiam o governo nos projetos de lei de seu interesse. (...) a atitude dos parlamentares é muito conveniente ao Poder Executivo, pois viabiliza a execução seletiva em troca de apoio político. Mesmo parlamentares da oposição são eventualmente favoráveis a projetos do governo em troca da implementação de suas emendas (LIMA, MIRANDA, 2006, p.358-359)

A maior parte dessas emendas são contabilizadas como TVs destinadas a locais específicos (um município ou um estado), contudo uma parcela menor das emendas se refere a obras de maior porte que afetam mais de um município ou estado e não entram na conta das TVs pois são executadas diretamente.

A Tabela 17 mostra as chamadas "transferências voluntárias" feitas pela União a governos locais. Em 1997 elas totalizam R\$ 3.838 milhões. É importante observar que parte desse valor refere-se a emendas de parlamentares ao orçamento, não podendo ser somado aos valores apresentados na seção anterior, sob pena de dupla contagem. Se somarmos os valores referentes a construção e manutenção de rodovias federais em estados e municípios específicos (que não representam benefícios estritamente locais, mas são objeto de grande cobiça e pressão dos governadores) chegamos a um total de R\$ 4,4 bilhões. Isso indica que é significativo o volume de recursos federais que se pode obter para

financiar despesas tipicamente estaduais ou municipais, seja “emplacando” emendas no orçamento, seja firmando convênios com a administração federal. (MENDES, 1998, p.71)

No ano do estudo, 1997, os gastos orçamentários com obras que afetam mais de um município corresponderam a 15% do orçamento destinado as TVs (MENDES, 1998).

As TVs são mais sensíveis influência política municipal do que os gastos executados diretamente e, apesar delas não rerepresentarem a totalidade dos recursos politicamente motivados, elas representam a maior parte deles, portanto as TVs serão aqui utilizadas como *proxy*, para os recursos “extras”.

4 AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS SÃO POLITICAMENTE MOTIVADAS?

Este capítulo tem como principal referência teórica uma adaptação à realidade brasileira da teoria dos ciclos políticos-orçamentários de Rogoff (1990) em três trabalhos complementares por Bugarin e Ferreira (2003, 2004, 2006), esta adaptação teve como objeto de análise a relação entre TVs e os ciclos eleitorais municipais.

A teoria dos ciclos políticos orçamentários é um refinamento da teoria de ciclos políticos de negócios, na qual o trabalho de Nordhaus (1975) se destaca. Ele utiliza a Curva de Phillips para analisar a gestão da política monetária, na qual os políticos teriam incentivos para reduzir o desemprego nos períodos próximos a eleição, gerando uma inflação maior no período seguinte, isto levaria a ocorrência de ciclos, no quais os governantes combateriam a inflação no início do mandato aumentando-a progressivamente até o período eleitoral, o contrário ocorreria com o desemprego que aumentaria no começo do mandato e se reduziria progressivamente até a eleição. Contudo essa teoria não é compatível com a hipótese das expectativas racionais, ela não explica porque eleitores racionais seriam ciclicamente enganados.

O trabalho de Rogoff (1990) altera a teoria dos ciclos políticos de negócios em dois pontos; ele trata os agentes (governantes e eleitores) como racionais, e muda o foco de análise, da política monetária para a política fiscal, o que amplia consideravelmente os objetos de estudo desta teoria. Rogoff (1990) constrói um modelo em que o eleitor representativo maximiza sua função utilidade (U_t) assim como o governante, que além de ser eleitor têm também um adicional de utilidade, “*ego rents*”, por estar no cargo. Nele a função de produção dos bens público no modelo é;

$$G_t + k_{t+1} = \tau_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

G_t , corresponde aos gastos públicos *per capita*; K_t , corresponde aos investimentos público *per capita* que só serão do conhecimento do eleitor no período seguinte ($t+1$). No outro lado da igualdade; τ_t , corresponde aos impostos arrecadados *per capita*; ε_t , corresponde a competência do governante. Portanto, os gastos públicos e os investimentos dependem dos impostos e da competência do governante.

A principal conclusão deste trabalho é que governantes competentes são capazes de sinalizar aos eleitores a sua competência através de ciclos políticos-orçamentários. Permitindo aos eleitores reelegerem apenas os chefes do executivo competentes.

A percepção popular é que os ciclos políticos orçamentários são uma coisa ruim. Mas a conclusão central aqui, é que ele pode ser um mecanismo socialmente eficiente para a difusão de informações sobre a competência do governante. Esforços para reduzir o ciclo podem facilmente também reduzir o bem-estar, impedindo a transmissão de informação ou induzindo os políticos a utilizarem modos socialmente mais custosos de sinalizar. (ROGOFF, 1990, p. 21-22, tradução nossa)

O estudo de Rogoff conclui que o ciclo político-orçamentário é subótimo tendo em vista a existência de informação assimétrica entre os eleitores e os seus representantes eleitos. Em outras palavras, o ciclo político-orçamentário é um compromisso em que os eleitores abrem mão de algum controle eleitoral, um problema de risco moral, para ganhar na qualidade dos representantes eleitos, um problema de seleção adversa. (BUGARIN, FERREIRA, 2006, p.3)

O ciclo cria problemas de informação assimétrica, incentivando os governantes, sejam eles competentes ou não, a sinalizar sua competência investindo em obras que sejam perceptíveis à população até o período eleitoral.

A análise de Bugarin e Ferreira (2003, 2004, 2006) faz adaptações à realidade brasileira do trabalho de Rogoff (1990). A função de produção dos bens públicos (1) é transformada na seguinte;

$$G_t + k_{t+1} = \tau_t + \varepsilon_t + F_t \quad (3)$$

É incluída a variável F_t , o montante de transferências *per capita* que o município recebeu no período t , sendo parte dessas transferências (as voluntárias) politicamente motivadas. Portanto os gastos (G_t) e os investimentos (k_t) do governo, dependem não só dos impostos (τ_t) e da competência do governante (ε_t), mas também do montante de transferências recebidas (F_t).

Na Tabela 2 foram estimadas as variáveis que influenciam a distribuição das **tv_s_pc** nos municípios baianos no período de 1999 a 2004. Assim como Bugarin e Ferreira (2003, 2004, 2006) fizeram para os municípios brasileiros. As regressões foram estimadas pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com erros robustos pelo método de White. As observações são dos municípios baianos nos anos de 1999 a 2004, com exceção da regressão (7) que utiliza dados apenas dos anos 2000 e 2004, as observações foram organizadas na forma de painel empilhado e são consideradas válidas as que têm todos os dados disponíveis. Entre parênteses encontram-se os resultados do teste de significância.

Tabela 2: Regressões por MQO, com a variável dependente *tv_s_pc*.

<i>Variáveis</i>	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Constante	36,6730 (,0000)	,2243 (,9712)	40,7690 (,0000)	9,7351 (,1235)	25,9571 (,0000)	12,7122 (,0394)	13,7393 (,1995)
tv_s_pc1	,2941 (,0000)	,3313 (,0000)	,2944 (,0000)				
tend_ano	-7,7597 (,0000)		-8,1480 (,0000)				
vt_ant	35,7928 (,0001)	19,0907 (,0398)	37,3274 (,0000)	31,6430 (,0020)	40,9071 (,0001)	33,2431 (,0009)	28,4233 (,1031)
cp	,0963 (,8496)	9,0893 (,0000)		14,5177 (,0000)		13,9011 (,0000)	19,6939 (,0000)
cg	4,4588 (,1179)	16,0593 (,0000)		21,9969 (,0000)		14,5152 (,0000)	19,0663 (,0000)
pp	4,8514 (,3609)	11,4703 (,0320)		15,3889 (,0060)	8,0003 (,1095)		
pg	-1,0969 (,6652)	-7,0493 (,0044)		-9,6813 (,0003)	,5323 (,8297)		
ano_02	17,4853 (,0000)	8,3765 (,0072)	18,2791 (,0000)	2,9669 (,3600)	6,9045 (,0287)	3,7771 (,2410)	
ano_04	15,1091 (,0000)	11,6327 (,0000)	15,2772 (,0000)	4,7185 (,0610)	4,0350 (,1207)	4,5117 (,0752)	
R ²	,2404	,2027	,2396	,0511	,0109	,0419	,0605
R ² ajustado	,2368	,1993	,2376	,0479	,0085	,0390	,0561
Nº de Obser.	1901	1901	1901	2062	2062	2062	642

Obs: Os números em parênteses correspondem ao resultado do teste de significância.

Fonte: Elaboração do autor

Nas três primeiras regressões se utilizou uma defasagem (**tv_s_pc1**) das TVs *per capita*, como variável explicativa, pôde-se perceber que existe algum efeito de inércia nesta variável, apesar de pequeno. Existe também uma tendência à redução do montante das TVs, **tend_ano** < 0, uma possível explicação seria uma maior contenção das despesas por parte dos governos federal e estadual ao longo dos anos.

Os resultados das regressões, demonstram que as TVs são motivadas por diversos fatores políticos. Prefeitos que se elegem com um percentual maior de votos válidos (**vt_ant**) tendem a conseguir mais **tv_s_pc** para o município que governam. No segundo ano de mandato do prefeito (**ano_02**), ano em que ocorrem eleições para governador, presidente, etc, e no quarto ano do mandato do prefeito (**ano_04**), ano em que ocorrem eleições para prefeito e vereador, são anos em que os municípios que recebem proporcionalmente mais **tv_s_pc**.

Os resultados referentes as variáveis partidárias se mostraram positivos em geral, mas são mais difíceis de interpretar, é preciso ter em mente o partido e a coligação do presidente e

do governador.⁴ A partir disso pode se perceber que o valor negativo correspondente a variável partido do governador (**pg**) tem que ser avaliada em conjunto com a variável coligação do governador (**cg**), pois em todas as observações o partido do governador participava da coligação do governador.

Portanto entre dois candidatos a prefeito, um do partido do governador e/ou do presidente do estado (e simultaneamente da coligação do governador/presidente) e outro não pertencente a nenhuma dessas coligações. Pode-se inferir que em média o prefeito do partido do governador e/ou presidente terá mais recursos de **tv_s_pc** do que seu adversário.

Ao comparar os resultados das regressões (5) e (6), pode-se verificar que o resultado da (6) é mais robusto que o da (5), tanto pelo R^2 quanto pelo teste de significância. Isso significa que as coligações (**cp** e **cg**) são melhores variáveis explicativas que os partidos (**pp** e **pg**). Na regressão (7) utilizou-se apenas as observações referentes ao ultimo ano de mandato do prefeito, ano de eleições municipais e constatou-se que nestes anos as variáveis **cp** e **cg** tiveram um coeficiente maior.

Em Bugarin e Ferreira (2003, 2004, 2006), os autores analisaram os municípios brasileiros que tinham dados fiscais completos entre os anos de 1996 a 2003 e 2004, considerando TVs a soma das quatro rubricas; **tku**, **tke**, **otu** e **ote**; encontrando resultados similares, inclusive com relação à baixa significância da variável **pg**.

A não significância da variável *DE* sugere que a coligação de apoio ao governador desempenha papel mais importante na decisão desse governante de transferir recursos voluntários ao município do que o fato do prefeito pertencer a exatamente o mesmo partido que o governador. Ou seja, a nível local (relação prefeitor governador), as coligações têm papel fundamental na definição das transferências voluntárias. (BUGARIN, FERREIRA, 2006, p. 9)

Ao finalizar o estudo os autores constroem um modelo, com os municípios e um segundo nível de governo, o estado, do qual tiraram as seguintes conclusões;

Nossa análise teórica mostra que mesmo no jogo com informação completa, em que a competência do titular é de conhecimento comum, os eleitores podem decidir racionalmente não reeleger um político administrativamente competente, caso ele não seja apoiado pelo governador. Essa escolha ocorre porque os eleitores entendem que o adicional de transferências que o candidato de oposição receberá caso seja eleito mais do que compensará sua deficiência administrativa. De modo similar, os eleitores podem achar ótimo escolher o titular incompetente

⁴ A coligação que elegeu o Fernando Henrique Cardoso Presidente da República em 1998 foi composta pelos seguintes partidos; PSDB / PFL / PTB / PPB / PSD. A coligação que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República em 2002 foi composta pelos seguintes partidos; PT / PC do B / PL / PMN / PCB. A coligação que elegeu César Borges Governador do Estado da Bahia em 1998 foi composta pelos seguintes partidos; PFL / PPB / PMDB / PST / PL / PRN / PT do B / PSC / PTB. A coligação que elegeu Paulo Souto Governador do Estado da Bahia em 2002 foi composta pelos seguintes partidos; PFL / PPB / PTB / PTN / PST.

que pertença ao mesmo partido do governador para manter o fluxo mais favorável de transferências provenientes do estado. (BUGARIN, FERREIRA, 2006, p. 37)

5 AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS INFLUEM NAS CHANCES REELEIÇÃO DOS PREFEITOS?

O referencial teórico deste capítulo são os artigos de Bugarin, Carvalho e Meneguim (2005), Araújo Junior, Cançado e Shikida (2005), e Mendes (2004). Neles os autores tentam verificar quais as variáveis que determinam a probabilidade de reeleição de um prefeito.

Em Bugarin, Carvalho e Meneguim (2005), os autores buscam estimar como as variáveis fiscais e políticas afetam a probabilidade de reeleição do prefeito, assim como a sua expectativa de reeleição influencia o comportamento fiscal do município⁵. Os autores estimaram uma regressão logística (Logit) para estimar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros para o ano 2000, seus resultados se encontram na Tabela 6 e serão discutidos mais adiante.

Em Araújo Junior, Cançado e Shikida (2005), os autores fizeram uma regressão logística (Logit) similar a de Bugarin, Carvalho e Meneguim (2005), mas apenas para a reeleição dos prefeitos mineiros no ano 2000.

Já em Mendes (2004), o autor estimou várias regressões Probit com a reeleição dos prefeitos brasileiros no ano 2000 como variável dependente. Em duas das regressões estimadas, o autor utiliza as TVs como variável de controle e chega as seguintes conclusões;

Em um sistema de extração de recursos de um poço comum é grande o esforço dos competidores (no caso, os prefeitos) para obter uma transferência extra, além daquelas já garantidas por lei. No federalismo brasileiro isso ocorre com as transferências federais e estaduais para a realização de obras públicas. São recursos obtidos mediante negociação e que entram no orçamento sob a forma de “transferências de capital”. (...) Observa-se que TCAP-RC é fortemente significativa e tem relevante efeito marginal nas duas equações. (MENDES, 2004, p. 12)

Na Tabela 3 foram estimados pelo método Logit os efeitos das variáveis nas probabilidades de reeleição dos prefeitos baianos nas eleições de 2000 e 2004. Na eleição de 2004, quando os prefeitos não podiam se reeleger, pois já estavam no segundo mandato, utilizou-se a reeleição do partido como variável substituta. Os erros são robustos pelo método de White, as observações estão organizadas em painel e entre parênteses se encontra o resultado do teste de significância.

⁵ Neste artigo os autores fazem regressões quantílicas tendo os gasto *per capita* como variável independente e a probabilidade de reeleição como dependente, chegando a conclusão que a probabilidade de reeleição leva a um comportamento fiscal mais responsável.

Tabela 3: Regressões Logit para a variável dependente reelpp.

<i>Variáveis</i>	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Constante	- .8708 (,1240)	-1,7687 (,0014)	-1,8842 (,0010)	-1,8619 (,0000)	-1,8455 (,0000)	-1,3890 (,0240)	-1,3689 (,0080)
Gu	-1,0550 (,0162)	-0,9947 (,0318)	-,9799 (,0327)			-1,2220 (,0062)	-1,2441 (,0034)
vt_ant	1,5020 (,0773)	1,6074 (,0346)	1,4862 (,0490)			1,0486 (,2414)	1,4330 (,0560)
tv_s_pc	,0047 (,0227)	,0044 (,0114)	,0038 (,0265)		,0022 (,3719)		,0047 (,0049)
tv_s_pc1	-,0006 (,7833)						
tv_s_pc2	,0012 (,061)						
Médias das Tvs nos 3 últimos anos						,0032 (,1018)	
ro_pc				,0036 (,0290)	,0032 (,0579)		
do_pc		,0016 (,0040)	,0016 (,0030)			,0020 (,0003)	,0014 (,0012)
pfin_pc		-,0054 (,0048)	-,0059 (,0033)			-,0044 (,0380)	-,0058 (,0030)
trib_pc		-,0035 (,3161)	-,0030 (,4029)	-,0029 (,5958)	-,0030 (,5688)		
cp			,1648 (,3391)				
cg			,2922 (,1731)				
pp		,3071 (,4566)		-,4700 (,3446)	-,4330 (,3840)		
pg		,3491 (,0586)		,2901 (,2330)	,2823 (,2449)		
inv_pc				,0116 (,0022)	,0113 (,0035)		
dcust_pc				-,0023 (,1360)	-,0022 (,1507)		
pib_pc				-6,3E-05 (,2477)	-5,4E-05 (,2921)		
Nº de 0	283	372	372	213	213	282	372
Nº de 1	230	266	266	165	165	230	267
McFaddenR ²	,0298	,0647	,0636	,0920	,0934	,0535	,0592
Nº de Obser.	513	638	638	378	378	512	639

Obs: Os números em parênteses correspondem ao resultado do teste de significância.

Fonte: Elaboração do autor

Como se sabe, os coeficientes dos parâmetros das regressões Logit não representam o efeito marginal da variável sobre a probabilidade de eleição, portanto inicialmente apenas os sinais dos parâmetros serão interpretados.

Na regressão (8) foram utilizadas como variáveis de controle, o grau de urbanização (**gu**) e os votos válidos proporcionais recebidos quando se elegeu (**vt_ant**), utilizou-se também a variável **tv_s_pc**, em três anos diferentes, o ano da eleição e duas defasagens, não se utilizou uma terceira defasagem pois não foram encontrados dados referentes as TVs sobre o ano de 1997.

As variáveis de controle apresentaram o sinal esperado; em municípios rurais os prefeitos se reelegem com mais facilidade do que em municípios urbanos (**gu** < 0); prefeitos que se elegeram com uma votação proporcional maior tendem a se reeleger com mais facilidade (**vt_ant** > 0); As variáveis referentes as TVs *per capita* se mostraram mais significativas e robustas no ano da eleição (**tv_s_pc**) do que nos anos anteriores (**tv_s_pc1** e **tv_s_pc2**).

Nas regressões (9) e (10) se procurou testar diretamente as variáveis partidárias (**pp**, **pg**, **cp**, **cg**), que apresentaram sinais positivos, embora apenas uma (**pg** na regressão 2) seja estatisticamente significativa a 10%, na mesma regressão com a variável **tv_s_pc** que se mostrou positiva e significativa, mas com um coeficiente um pouco menor que na regressão (8). Foram utilizadas como variáveis de controle além das presentes na regressão 1 (**gu** e **vt_ant**), três variáveis fiscais; despesa orçamentária *per capita* (**do_pc**) que aparece como positiva; passivo financeiro *per capita* (**pfin_pc**) que aparece como negativo; e tributos *per capita* (**trib_pc**) que aparece como negativo embora seja pouco significativa.

As regressões (11) e (12) foram elaboradas para serem comparadas⁶ com outras regressões similares. Estas regressões têm como objeto apenas as eleições municipais de 2000, pois as variáveis; despesa de custeio *per capita* (**dcust_pc**) e Investimento *per capita* (**inv_pc**) não estão disponíveis para o ano de 2004. Nestas regressões fica claro que o eleitor “premia” o gestor municipal que gasta em investimento (**inv_pc**) em detrimento ao que gasta em despesas de custeio (**dcust_pc**).

As regressões (13) e (14) utilizam como variáveis de controle; **gu**, **vt_ant**, **do_pc**, **pfin_pc**, todas elas com o mesmo sinal já apresentado anteriormente. Na regressão (13) a variável de interesse é a média das TVs nos três últimos anos do mandato do prefeito, esta variável se mostrou positivamente correlacionada com as chances de reeleição e razoavelmente significativa ($p = 0,1018$). Na regressão (14) a variável de interesse, **tv_s_pc** se mostrou positivamente correlacionado com as chances de reeleição e bastante significativa ($p = 0,0049$).

O efeito marginal de cada variável independente, em uma regressão Logit é dado pela seguinte expressão:

⁶ A comparação ocorrerá na Tabela 4, já com os efeitos marginais dos parâmetros calculados, com outras regressões similares em Bugarin, Carvalho e Meneguim (2005) e Araújo Junior, Cañado e Shikida (2005).

$$\frac{e^{\beta'X}}{1+e^{\beta'X}} \left(1 - \frac{e^{\beta'X}}{1+e^{\beta'X}} \right) \beta \quad (4)$$

Na qual $B'X$ representa o vetor de coeficientes multiplicado por um vetor de variáveis independentes. Para calcular os efeitos marginais, utilizou-se a médias das variáveis, o mesmo procedimento de Bugarin, Carvalho e Meneguim (2005) assim como Araújo Junior, Cançado e Shikida (2005). As variáveis **pp** e **pg** foram consideradas zero.

A tabela 4 compara as regressões estimadas pelo autor (9), (11), (12) e (14), com a estimada por Bugarin, Carvalho e Meneguim (2005) (15) e a estimada por Araújo Junior, Cançado e Shikida (2005) (16). Os efeitos marginais estão entre parênteses.

Tabela 4: Comparação das regressões e dos efeitos marginais em % estimados

<i>Variáveis</i>	<i>(15) (Bugarin, Carvalho e Meneguim, 2005)</i>	<i>(16) (Araújo Junior, Cançado e Shikida, 2005)</i>	<i>(11)</i>	<i>(12)</i>	<i>(9)</i>	<i>(14)</i>
Constante	-,2054	-,8359	-1,8619	-1,8455	-1,7687	-1,3689
pp	,3292 (7,839)	1,0501 (26,253)	-,4700 ^a (-11,750)	-,4330 ^a (-10,825)	,3071 ^a (7,677)	
pg	-,1619 ^a (-3,855)	,3860 (9,651)	,2901 ^a (7,252)	,2823 ^a (7,057)	,3491 ^a (8,727)	
Ro_pc	,0018 (,044)	,0029 (,043)	,0036 (,032)	,0032 ^a (,034)		
Trib_pc	,0012 (,029)	,0024 (,059)	-,0029 ^a (-,072)	-,0030 ^a (-,075)	-,0035 ^a (-,087)	
Inv_pc	,0033 (,079)	,0015 ^a (,038)	,0116 (,277)	,0113 (,271)		
Dcust_pc	-,0028 (-,068)	-,0035 (-,061)	-,0023 ^a (-,045)	-,0021 ^a (-,044)		
Pib_pc	-,0001 (-,003)	-,0001 (-,002)	-6,3E-05 ^a (-,001)	-4,9E-05 ^a (-,001)		
Tvs_pc				,0022 ^a (,055)	,0044 (,108)	,0047 (,116)
Do_pc					,0016 (,031)	,0014 (,029)
Pfin_pc					-,0054 (-,133)	-,0058 (-,142)
Gu					-,9947 (-23,465)	-1,2441 (-28,417)
Vt_ant					1,6074 (32,955)	1,4330 ^a (30,568)
Observações	4098	821	378	378	638	639

Fonte: Elaboração do autor

Obs: ^a = não significativo a 5%; os efeitos marginais estão entre parênteses.

A partir desta tabela é possível perceber que as variáveis partidárias (**pp** e **pg**) são bastante instáveis, pois ao comparar as regressões (15), (16) e (11), pode-se perceber que todas mudaram de sinais pelo menos uma vez e que seus coeficientes (e conseqüentemente seus respectivos efeitos marginais) não apresentaram a mesma consistência da maioria das variáveis fiscais (**ro_pc**, **inv_pc**, **dcust**).

A influência das variáveis partidária em geral não ocorre apenas pela forma “institucional” aqui analisada (o município teria prioridade em relação aos outros, para a recepção de convênios ou de obras caso o prefeito fosse do mesmo partido/coligação do governador/presidente), mas também e, principalmente, por meio da influência da figura de um político no imaginário do eleitor na hora do voto (“se ACM é um bom político e ele recomendou este candidato a prefeito, então...”)

Os dois efeitos, o efeito do apoio “institucional” e o do apoio partidário, estão muitas vezes correlacionados, no entanto, o objetivo deste capítulo é estimar o efeito do apoio “institucional” entre o prefeito e o governador/presidente na probabilidade de reeleição do prefeito. Portanto a variável fiscal **tv_s_pc** é o principal objeto da análise e não as variáveis partidárias (**pp**, **pg**, **cp**, **cg**). Contudo existe uma certa interação entre as diferentes variáveis, quando as colocamos na mesma regressão, elas perdem um pouco da sua significância estatística.

Na regressão (14) a variável **tv_s_pc** apresentou efeito marginal positivo de 0,116%, isso quer dizer que, mantendo todas as outras variáveis constantes, uma variação em 1 (Real) nas **tv_s_pc** no ano da eleição municipal aumentaria em 0,116% a probabilidade de reeleição do prefeito.

Considerando, que nas eleições do meio do mandato do prefeito, o partido do prefeito participe das coligações vencedoras para o governo do Estado e para presidente da República, segundo a regressão (7) da tabela 2, as **tv_s_pc** para o município devem ser maiores em 38,7 no ano da eleição municipal. Esta variação das **tv_s_pc** deve aumentar a probabilidade de reeleição do prefeito em 4,5%.

Contudo se estimarmos essa influência da variação das **tv_s_pc** (de 38,7, neste caso) através de outras regressões Logit, outros resultados ocorrerão. Na regressão (10), veremos que a variação das **tv_s_pc** provocará um aumento na probabilidade de reeleição do prefeito de 3,6%, mas através das variáveis partidárias (**cp** e **cg**) sua probabilidade de reeleição aumenta em 11,4%. Neste caso, o aumento de probabilidade de reeleição é de aproximadamente 15%, sendo três quartos dessa variação sendo explicada pelo apoio partidário e um quarto sendo explicada pelo apoio institucional.

A influência do apoio institucional (aqui medido via **tv_s_pc**) na probabilidade de reeleição é pequena, mas razoavelmente estável. Já a influência das variáveis partidárias é maior, mas é bastante instável, devido ao pequeno número de observações, mas também em virtude da variação da imagem do partido, do governador e do presidente na opinião pública.

6 AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS INFLUEM NO DESENVOLVIMENTO?

O referencial teórico deste capítulo são os artigos de Jacinto, Junior e Oliveira (2006) e de Oliveira (2006). Neles os autores utilizam a teoria do crescimento endógeno e contribuições da nova geografia econômica, para estimar o crescimento dos municípios brasileiros.

A partir de certas características iniciais dos municípios se estima o provável crescimento dos mesmos, e identifica quais as variáveis que influenciam positivamente o crescimento e quais o influenciam negativamente. Em ambos estudos, os autores estimam a influência da política fiscal dos municípios no logaritmo do crescimento dos salários médios no período 1991-2000. Neste estudo todas as variáveis foram logaritimizadas com exceção de homicídios e distância da capital estadual.

O objetivo deste capítulo é estimar a influência das TVs no crescimento econômico, para tanto foram feitas estimações com os municípios baianos utilizando as mesmas variáveis de controle dos autores já citados: **area**, **popc/área**, **dis_ssa**, **homic**. Apenas a variável média de anos de estudo de pessoas com mais de 25 anos não foi encontrada, sendo substituída pela proporção de pessoas na escola entre os 7 e os 22 anos (**fe7_22**). Destas variáveis apenas: área do município medida em Km² (**área**) e distância da capital do estado (**dis_ssa**) foram significativas nas regressões aqui estimadas.

As variáveis fiscais de controle utilizadas por Jacinto, Junior e Oliveira (2006) e Oliveira (2006) foram os dois principais tributos municipais: receita advinda do imposto predial e territorial urbano (**IPTU**) e a receita advinda do imposto sobre serviços (**ISS**), a variável similar aqui utilizada foi a receita tributária dos municípios *per capita* (**trib_pc**).

Em Jacinto, Junior e Oliveira (2006) foi estimado o efeito de três variáveis em três regressões independentes⁷ os gastos do governo municipal, excluindo as despesas de capital (**gastos**), gastos do governo em investimentos (**investimentos**), receita proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**) no logaritmo de crescimento de crescimento de salários; 0,0212; 0,0118; 0,0257, respectivamente.

Em Oliveira (2006) foi estimado o efeito de três variáveis na mesma regressão, os gastos do governo municipal, excluindo as despesas de capital; gastos do governo em investimentos; as transferências governamentais de renda a população (advinda de todas as esferas governamentais). Os resultados foram 0,0041; 0,0004; -0,0354; respectivamente.

Seguindo a mesma metodologia, foram feitas estimações por MQO com erros robustos pelo método de White para os municípios baianos. A variável dependente é a variação do PIB *per capita*⁸, entre 1999 (**pib_pc5**) e 2004 (**pib_pc**), apenas a regressão (19) utilizou um

⁷ Foram consideradas apenas as regressões de Jacinto, Junior e Oliveira (2006) que utilizam a variável dependente **area**.

⁸ Vale lembrar que todas as variáveis fiscais foram colocadas em *per capita*, a partir da divisão do seu valor pela população estimada no município pelo Censo 2000. A exceção é a variável PIB *per capita* que foi obtida diretamente do IBGE, calculando utilizando não apenas as previsões do PIB naquele ano como também da população no ano.

período diferente o de 2000 (**pib_pc4**) a 2004 (**pib_pc**). As regressões (17), (18) e (21) são do tipo log-log, com todas as variáveis logaritimizadas, com exceção das variáveis de controle. Já as regressões (19) e (20) são do tipo normal (lin-lin). Para evitar maiores dúvidas as variáveis logaritimizadas tem um (**L**) na frente do seu coeficiente

Tabela 5: Variação do PIB *per capita* dos municípios baianos.

<i>Variáveis</i>	(17) (L) (PIB_PC- PIB_PC5)	(18) (L) (PIB_PC- PIB_PC5)	(19) PIB_PC- PIB_PC4	(20) PIB_PC- PIB_PC5	(21) (L) (PIB_PC- PIB_PC5)
Constante	-5,4976 (,0015)	7,4758 (,0001)	102,63 (,6285)	188,7784 (,8678)	4.3026 (,1743)
Dis_ssa		-,0030 (,0237)	-1,0920 (,2131)	-3,2385 (,1056)	
Area	7,96E-05 (,0015)	,0002 (,0019)	,1423 (,0868)	,4186 (,0160)	,0001 (,0008)
Pib_pc4			,0441 (,0024)		
Pib_pc5	(L)1,4282 (,0000)				
Tvs_pc		(L),2160 (,3343)		29,1592 (,0990)	
Tvs_pc1		(L)-,6026 (,0148)		-4,5465 (,4006)	
Tvs_pc2		(L)-,2564 (,1473)		-15,7870 (,0030)	
Tvs_pc3		(L),2266 (,0726)		-9,8119 (,1825)	
Tvs_pc4		(L),1159 (,7557)		9,5439 (,2742)	
Tvs_pc5	(L)-, 04458 (,6355)	(L)-,0968 (,6508)		7,1855 (,2027)	(L)-,1158 (,3350)
Do_pc5					(L)-,2224 (,6823)
Pass_pc5					(L),3999 (,1349)
Trib_pc5					(L),4762 (,0184)
Cp			-228,5621 (,4133)		
Cg			249,1354 (,1422)		
R ²	,2986	,2562	,1185	,2223	,1659
R ² ajustado	,2821	,1209	,1077	,1842	,1325
Estatística F	18.0268	1,8944	10,9446	19,2858	4,9730
Observações	131	53	413	172	131

Obs: Os números em parênteses correspondem ao resultado do teste de significância.

Fonte: Elaboração do autor

A variável de controle **dis_ssa** apresentou sinal negativo o que já era esperado, pois nos modelos teóricos da NGE, ela é uma *proxy* dos custos de transporte. A variável **area**, apresentou um sinal positivo provavelmente em função da expansão da fronteira agrícola, no oeste baiano.

As variáveis partidárias apresentaram sinais contraditórios e baixa significância estatística, indicando que são variáveis ruins para se estimar a variação do **piib_pc**. As **tvvs_pc** também apresentam sinais contraditórios e baixa significância estatística, indicando que tem pouca ou nenhuma influência sobre a variação do **piib_pc**.

Considerando a hipótese de que as **tvvs_pc** têm alguma influência no **piib_pc**, mas que as regressões anteriores foram prejudicadas pelo pequeno número de observações, vou extrapolar o resultado de uma regressão de Jacinto, Junior e Oliveira (2006) que estima a influência de variações do **fpm** na variação do Log de crescimento dos salários médios.

A média do montante recebido pelos municípios baianos no ano 2000 do **fpm per capita** foi de 245,8166. Se considerarmos que na regressão (6) da Tabela 3, um município em que o prefeito seja da coligação do governador e do presidente recebe 28 **tvvs_pc** a mais, se considerarmos também que esse aumento poderia ser considerado constante por 9 anos e que as TVs e as transferências via **fpm** são intercambiáveis entre si, poderemos inferir que este aumento de 28 nas **tvvs_pc** representaria um aumento de 11,4% nas transferências do **fpm_pc**.

Na regressão de Jacinto, Junior e Oliveira (2006), uma regressão do tipo log-log, o coeficiente do log das transferências via **fpm** foi de 0,0257, então um aumento de 11,4% no **fpm** provocará uma variação de 0,3% nos salários médios do município em questão, em um período de 9 anos, ou seja 0,033% ao ano.

Vale lembrar que para que o efeito ocorra, o prefeito deve se manter em um partido da coligação do governador e do presidente pelo período da análise, neste caso 9 anos, esta condição é praticamente impossível de acontecer. Portanto, esta combinação, além de ter um resultado muito pequeno é também bastante improvável.

Desta forma pode-se afirmar que ao extrapolar os resultados da regressão Jacinto, Junior e Oliveira (2006), encontrou-se ainda mais evidências empíricas da irrelevância das **tvvs_pc** para o desenvolvimento dos municípios.

7 CONCLUSÕES

No capítulo 3 foi observado que as transferências voluntárias *per capita* (**tvvs_pc**) são politicamente motivadas; elas são maiores se o prefeito tiver sido eleito com uma maior proporção de votos válidos (**vt_ant**), se for ano de eleição (**ano_02** e **ano_04**) e se o prefeito for do partido ou da coligação do governador e/ou do presidente (**pp**, **pg**, **cp**, **cg**), verificou-se também que em anos de eleição municipal as variáveis **cg** e **cp** têm um coeficiente maior.

Observou-se no capítulo 4 que os eleitores recompensam o prefeito que consegue mais TVs para o município, em caso de o partido do prefeito ser da coligação do governador e do presidente na de sua tentativa de reeleição, sua probabilidade de reeleição é ampliada via **tv_s_pc** em até 4,5%, dependendo da regressão estimada. Como a recompensa é pequena, é provável que estes recursos extras não sejam de grande importância para o eleitorado. Já as variáveis partidárias presentes nas regressões que estimam a probabilidade de reeleição do prefeito, tem uma influência maior, mas são bastante instáveis, representando mais a popularidade do governador e do presidente, do que um apoio institucional (via TVs) que estes podem prestar ao município.

Constatou-se no capítulo 5 que as **tv_s_pc** (assim como as variáveis partidárias) não apresentaram significância estatística para explicar a variação do **pib_pc** dos municípios baianos, e mesmo extrapolando o estudo de Jacinto, Junior e Oliveira (2006) para a variação dos salários médios, a evidência de insignificância destas variáveis permanece.

Portanto, pode-se concluir que o apoio institucional do governador e do presidente a um prefeito é de pequena importância para os eleitores e é praticamente insignificante para o desenvolvimento do município.

Em outras palavras, quando um candidato a prefeito pede votos argumentando que por ser do partido do governador/presidente, o município receberá mais recursos e que estes recursos “extras” serão importantes para o desenvolvimento do município, pode-se afirmar que, dentro do universo aqui pesquisado, o político está correto apenas ao afirmar que o município receberá mais recursos, mas está equivocado ao dizer que estes recursos serão importantes para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto R.; KHAIR, Amir; OLIVEIRA, Weder de. Lei de Responsabilidade Fiscal: Os avanços e aperfeiçoamentos necessários. In: MENDES, Marcos (org.) **Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Top Books, 2006. p. 275-317.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando coronelismo, enxada e voto. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2004.

ARAÚJO JUNIOR, Ari Francisco de; CANÇADO, Paulo Lopes; SHIKIDA, Cláudio Djissey. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. **Revista GEPEC**. 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/305/221>> Acesso em: 25 mai. 2007.

ARRETCHE, Marta; RODDEN, Jonathan. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n.

3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mai. 2007.

BUGARIN, Maurício Soares. FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião. Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro: O Papel das Transferências Voluntárias no Resultado das Eleições Municipais. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 26, Porto Seguro, 2003. **Anais ...** Disponível em: <<http://www.sbe.org.br/ebe26/027.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2006.

BUGARIN, Maurício Soares; FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião. **Transferências Voluntárias no Federalismo Fiscal Brasileiro: Efeito do Ciclo Fiscal de Meio de Mandato sobre as Eleições Municipais.** (1ª colocada no concurso de monografias do Tesouro Nacional, Tópicos Especiais de Finanças Públicas, 2004). Disponível em: <www.stn.fazenda.gov.br/Premio_TN/IXpremio/financas/1tefpIXPTN/1premio_tfdp.pdf> Acesso em: 27 jun. 2006.

BUGARIN, Maurício Soares; FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião. **Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro.** São Paulo: IBMEC-SP, 2006. (Working Paper 16). Disponível em: <<http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3073>> Acesso em: 03 jun. 2007.

BUGARIN, Maurício Soares; CARVALHO, Alexandre X. de. MENEGUIN, Fernando B.. **O que leva um governante à reeleição?** Brasília: IPEA. 2005. (Texto para discussão, 1135) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1135.pdf> Acesso em: 25 mai. 2007.

COSSIO, Fernando Andrés Blanco; GASPARINI, Carlos Eduardo. Transferências Intergovernamentais. In: MENDES, Marcos (org.). **Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil.** Rio de Janeiro: Top Books, 2006. p.175-201.

DIAS, Joilson; KROTH, Darlan Christiano. A Contribuição do Crédito Bancário e do Capital Humano no Crescimento Econômico dos Municípios Brasileiros: Uma Avaliação em Painéis de Dados Dinâmicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006. Salvador, **Anais ...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A015.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2006.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal: guia de orientação para as prefeituras.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/lrf/publicacoes/guia_orientacao.pdf> Acesso em: 03 jun. 2007.

JACINTO, Paulo de Andrade; JUNIOR, Liderau dos Santos Marques. OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. O Papel da Política Fiscal Local no Crescimento Econômico de Cidades – Uma Evidência Empírica para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006. Salvador. **Anais ...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A131.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2006.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes; MIRANDA, Rogério Boueri. O processo orçamentário federal brasileiro. In: MENDES, Marcos (org.) **Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Top Books, 2006. p.319-373.

MENDES, Marcos. Federalismo fiscal e crescimento do governo: evidências eleitorais para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32, 2004, João Pessoa. **Anais ...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A023.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2007.

MENDES, Marcos. **Incentivos eleitorais e desequilíbrio fiscal de estados e municípios**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1998. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/inceleitorais.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2007.

NETO, Paulo Fábio Dantas. **Carlismo e Oposição na Bahia Pós-Carlista**. Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.pdf>> Acesso em: 09 mai. 2006.

NORDHAUS, William D. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**, v.42, n. 2, p. 169-190, abr., 1975.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. Crescimento das Cidades Brasileiras na Década de Noventa. **Economia**, Brasília, v.7, n.3, p. 431-452, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p431_452.pdf> Acesso em: 27 mai. 2007.

PIRES JÚNIOR, José Antônio Meyer. **Transferências Voluntárias na Caixa de Edgerworth** – Sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: ESAF, 2003. 81 p. (Monografia premiada em 3º lugar no VIII Prêmio Tesouro Nacional – 2003, Tópicos Especiais de Finanças Públicas) Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/Premio_TN/VIIIPremio/3pemie_tefp.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2007.

PNUD-Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/#>> Acesso em: 13 dez. 2006.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Documento Finanças do Brasil**, Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 19 jun. 2006.

SOUZA, Celina. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200006> Acesso em: 25 mai. 2007.